



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Arendt Jacques, Ronald João
Psicologia comunitária: teoria e metodologia
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 10, núm. 1, 1997, p. 0
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18810103>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Psicologia comunitária: teoria e metodologia

Ronald J. J. Arendt¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Este texto pretende analisar o caminho percorrido pelos psicólogos comunitários desde a emergência da "crise" da Psicologia Social. Naquele momento, a crítica incidia sobre o psicólogo social experimental empírico-analítico, em contraste com o psicólogo comunitário, atento às metodologias qualitativas. Se o primeiro estava convicto do objeto de sua disciplina, o segundo, sensível aos aspectos sociais, históricos, antropológicos e políticos do contexto, não tem clareza quanto a seu objeto de estudo. Dos pressupostos teóricos e metodológicos imbuídos nestas práticas sugerir-se-á um retorno a questões psicológicas, enriquecidas com os referenciais das ciências sociais, numa tentativa de melhor precisar o "olhar" do psicólogo.

Palavras-Chave: Psicologia Social, comunidade, teoria, metodologia

Theoretical and methodological reflexions on community psychology

Abstract

This paper purpose is to analyse the trends in community psychology since the end of the Social Psychology "crisis". At this moment, the empirical-analytical experimental social psychologist was under criticism, in contrast to the community psychologist who employs qualitative methodologies. If the latter was convinced of his discipline's object, the former, sensitive to the social, historical, anthropological and political aspects of the context, does not have a clear object to study. An analysis the theoretical and methodological foundations of actual practices, suggest the need to return to psychological questions, enriched by the social sciences contributions, in an attempt to define more precisely psychologist's actions.

Key words: Social Psychology, community, theory, methodology.

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

Em análise institucional, analisadores são acontecimentos que permitem fazer surgir, com mais força, uma análise, que fazem aparecer a instituição "invisível" (Lourau, 1993, p.35). Através do analisador torna-se possível investigar o que Ardoino (1985) denomina "arquitetura" de uma instituição em análise. Proponho, neste artigo, utilizar a Psicologia Comunitária, enquanto disciplina emergente no contexto da Psicologia Social, como um analisador da Psicologia. Minha tese é que a Psicologia Comunitária permite colocar em análise a instituição da Psicologia, tornando mais específicos seu objeto e suas práticas teóricas e metodológicas.

A Psicologia Comunitária é uma disciplina recente. Sua origem remonta, por um lado à psiquiatria social e preventiva, à dinâmica e psicoterapia de grupos, práticas "psi" que conceituavam uma origem social a seus objetos de estudo. Por outro lado, psicólogos sociais, após os decisivos acontecimentos de maio de 1968, na França e Itália, passaram a colocar em questão a neutralidade dos pesquisadores centrados no modelo empírico-analítico, dando início à assim chamada "crise" da Psicologia Social. Sob a influência da filosofia francesa e do movimento institucionalista, as práticas dos psicólogos passaram a ser criticamente avaliadas a partir de referenciais antropológicos, históricos e políticos. Embora as primeiras conceituações e práticas comunitárias em Psicologia tenham sido norte-americanas ou européias [ver, p.ex. Iscoe, Bloom e Spielberger (1974), Bender (1978), Saranson (1974)], é na América Latina que a disciplina ganha contornos característicos. Wiesenfeld e Sánchez (1991) procuraram sintetizar o conjunto de condições "que teriam criado o clima apropriado para seu crescimento" (p.113), a partir dos anos 70. Em primeiro lugar estava a preocupação de um grupo de psicólogos que sentiam a necessidade de mudar o foco da Psicologia Social, que à época, segundo eles, imitava predominantemente a abordagem experimentalista norte-americana. Segundo Wiesenfeld e Sánchez considerava-se que a Psicologia Social, na América Latina,

"não estava se baseando na realidade para a qual ela estava suposta de atuar, mas que o conhecimento que estava sendo importado era, de certa forma, questionável naquele contexto. Assim, a contribuição da psicologia social para a solução de problemas educacionais, de saúde, de moradia, de trabalho, entre outros, especialmente em grupos de baixa renda, passou a ser questionada por acadêmicos e pelos governos"(p.114).

Uma segunda condição para o surgimento da Psicologia Comunitária seria o desenvolvimento de movimentos que teriam se organizado como "resposta à histórica frustração dos cidadãos que sofriam de falta de atenção e interesse da parte de agências governamentais responsáveis pela solução de seus problemas e de organizações políticas que procuravam representá-los junto aos grupos locais detentores de poder" (p.114). Tais movimentos expressariam a consciência cada vez maior das comunidades da importância do seu envolvimento no processo de tomada de decisões em problemas vitais para a transformação das condições ambientais. Como uma terceira condição, para a emergência da nova disciplina, os autores ressaltam a influência do pensamento de autores como Paulo Freire e Orlando Fals Borda, introdutores da metodologia da pesquisa-ação como um procedimento "fornecido aos psicólogos sociais comunitários para promover a idéia de auto-gestão nas comunidades" (p.114). Envolvimento com problemas nacionais, questionamento de sistemas psicológicos instituídos, sensibilidade para a emergência de movimentos sociais, busca de abordagens conceituais e metodológicas alternativas. Wiesenfeld e Sánchez expõem com clareza as "raízes" da disciplina que, desde há vinte e cinco anos, direciona as estratégias de ação dos psicólogos latino-americanos envolvidos com o desenvolvimento comunitário.

Não é meu propósito questionar a legitimidade destas práticas que se mantêm sem grandes

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

modificações até hoje. Assim, por exemplo, DeSouza (1996), fala da "missão" da Psicologia Comunitária "em trazer uma voz humanitária nas ciências comportamentais" (p.06). O sentido psicológico da comunidade se desenvolveria entendendo as redes que conectam indivíduo e comunidade, "as forças sociais, políticas, culturais e filosóficas que moldam a vida do dia a dia" (p.07). Dadas as "carências crônicas de habitação, deficiências nos sistemas de saúde e de educação, pobreza generalizada, desemprego e desamparo" (p.11) os psicólogos comunitários na América Latina teriam concentrado seu trabalho nos níveis sócio-econômicos mais baixos. O treinamento de psicólogos no primeiro mundo ou com métodos e teorias americanas e européias teria "prejudicado o desenvolvimento de uma psicologia nativa nos países em desenvolvimento": psicólogos latino-americanos deveriam "superar sua colonização intelectual pelos países industrializados" (p.11). Comentando o processo chamado "problematización", desenvolvido em Porto Rico, e que visava atingir "a plena consciência dos habitantes da ilha com o objetivo de melhorar a situação sócio-econômica", DeSouza admite que os "projetos não foram tão eficazes como se esperava devido à extrema politização, à inexperiência dos pesquisadores, à resistência à mudança pelos líderes comunitários, e ao abismo entre acadêmicos e a população local" (p.12). Meu objetivo, neste artigo é inserir as práticas ditas comunitárias num contexto mais amplo de análise. Vou iniciá-la colocando algumas questões: qual o modelo de ciência, subjacente às práticas comunitárias? Ele difere do modelo de ciência usualmente adotado em Psicologia? Qual o objeto da Psicologia Comunitária, quando confrontado com o objeto da Psicologia Social, ou Psicologia? Mais especificamente, a prática do psicólogo comunitário difere em que da prática do psicólogo social ou do psicólogo "tout court"?

Discussão

Para responder a estas questões, caberia fazer algumas observações oriundas da minha prática como supervisor de estágio e professor da disciplina Psicologia Comunitária na Graduação e Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da UERJ. Seja por experiência direta, por depoimentos de outros sujeitos que participaram de projetos comunitários, seja através da pesquisa bibliográfica - como o exemplo de Porto Rico, relatado por DeSouza, um dado surge com impressionante regularidade nas intervenções comunitárias dos psicólogos: refiro-me à sensação de que as iniciativas não foram integralmente bem sucedidas, à sensação de perda de objeto vivenciada pela grande maioria de sujeitos envolvidos nestas práticas. O aluno-estagiário em Psicologia ou o psicólogo percebem, ao chegarem, p.ex., a uma favela, que lhes falta o instrumental conceitual e empírico para lidar com as situações ditas comunitárias e inevitavelmente se perguntam o que afinal estão fazendo ali, naquele contexto. De forma freqüentemente maniqueísta ou colocam em dúvida o que aprenderam no curso de formação ("quase tudo o que aprendi não se aplica aqui") ou colocam em dúvida todo o processo de atuação ("não há como apreender a complexidade deste ambiente; o psicólogo não tem nada a contribuir aqui"). Em outro trabalho, procurei argumentar que esta sensação era causada por uma má formulação metodológica do "design" de pesquisa e não pela má formação do psicólogo ou complexidade ambiental (Arendt, 1993). O que se pretende com a intervenção comunitária? Qual a resposta que se espera, qual o resultado que se visa atingir? De que lugar se fala? É do nó que estas questões configuram que se pode buscar o fio da meada.

Retornemos às condições propostas por Wiesenfeld e Sánchez para a emergência da Psicologia Comunitária: mudança de foco dos psicólogos que, ao rejeitarem a abordagem experimental produtora de um conhecimento importado e estranho à dramática realidade vivida por países do 3º mundo, estariam se voltando para a solução dos problemas concretos daquela realidade. Pretende-se então exortar o psicólogo a contribuir para a solução destes problemas. Mas, pergunto, como se daria esta contribuição? Rejeitando outras abordagens conceituais consideradas neutras? Exortando o psicólogo a se posicionar frente a estes problemas? Certo, mas qual a medida deste posicionamento? O que caberia ao psicólogo efetivamente fazer? No meu entender, ocorre aqui uma confusão entre a afirmação

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

absolutamente legítima de que todo cientista social faz juízos de valor em sua prática profissional e conseqüentemente, não sendo neutro, deve posicionar-se frente às questões políticas e a militância política. Não pretendo dizer que o cientista não seja politizado, mas ele não deve permitir que esta politização, que ele tem enquanto cidadão, desoriente sua atividade enquanto pesquisador de uma disciplina científica. Noam Chomsky, p.ex., e sua teoria racionalista da gramática gerativa, em Linguística, seria considerado a partir do critério da militância um cientista "neutro": seu modelo se pretende geral, universal, é fonte de inúmeros trabalhos experimentais e não soluciona problemas sociais. O intelectual Chomsky porém é um dos mais severos críticos da política colonialista norte-americana, com inúmeras obras polêmicas publicadas sobre este assunto. Nada impede que o cientista desenvolva uma linha de pesquisa num campo de seu interesse e concomitantemente tenha engajamentos políticos que não o demovam do objeto de suas investigações. Por outro lado, nada impede também que o cientista elabore sua análise tendo com pano-de-fundo os referenciais políticos. É viável que se efetue uma análise psicológica enriquecida com a reflexão histórica, social e política, mas sem por isso esta análise deixar de ser psicológica. A origem da insatisfação do psicólogo comunitário latino-americano frente ao modelo experimental se devia à ausência explícita destas reflexões num contexto caracterizado por grandes diferenças sociais. Ele questionava a aparente neutralidade de seu colega norte-americano. Entretanto, de uma suposta ausência de referenciais históricos, antropológicos, sociais e políticos, ele partiu para uma prática que, de certa forma, assimilou a teorização e metodologia destes referenciais: enquanto psicólogo, ele agia como historiador, antropólogo, político, sociólogo, educador... sem formação para tanto. Nesse sentido, é sintomática a adoção da pesquisa-ação como a metodologia, por excelência, do trabalho comunitário. Tal metodologia, oriunda da Educação Popular e da Antropologia Social é um instrumento precioso para atuar em comunidade, mas é apenas um instrumento entre outros, não é o instrumento alternativo que irá fundar uma nova interação do psicólogo com as classes desprivilegiadas. Em síntese, se há vinte e cinco anos atrás o psicólogo experimental latino-americano, importando modelos supostamente inadequados para seu contexto, era um cientista passível de ser acusado de neutralidade, mas com um claro objeto de pesquisa, desde a emergência da Psicologia Comunitária e de outras disciplinas, como a Análise Institucional, ocorreu uma inversão: ele já não pode ser acusado de neutralidade, mas está praticamente perdendo seu objeto. Alguns psicólogos comunitários e institucionais, terminam hoje por fazer o que poderia ser entendido como uma Sociologia, Política, Antropologia ou Política da Psicologia. Assim, Coimbra, (1995) discute o envolvimento dos psicanalistas em movimentos de tortura, a Psicologia enquanto participante de sistemas de controle, de produção de subjetividade. Discutem-se, prioritariamente, as práticas psicológicas; pouco ou quase nada se fala sobre o que é psicológico enquanto tal. Não que estas práticas não existam e sua avaliação crítica não seja altamente relevante e pertinente e deva ser mantida. O problema é que se confunde, por vezes, a instância controladora da prática do psicólogo com a própria Psicologia. Questiona-se seu "status" de disciplina científica - ela teria surgido da corrente disciplinadora que emergiu no séc. XIX. Nesse sentido, julgo essencial retornar a uma problematização anterior à Psicologia Comunitária e colocar a questão do que efetivamente consistem tais práticas psicológicas.

Entendo que é o olhar do psicólogo que diferencia sua prática dos seus pares das ciências sociais. Dado um contexto social complexo, cada pesquisador lançará seu olhar específico, colocará os "óculos" de seu referencial teórico. O político problematizará as questões que envolvem o poder, o antropólogo visualizará as questões sob a ótica da cultura, o sociólogo a partir dos movimentos sociais. Será no entrecruzamento destes olhares que se fará a inter e transdisciplinaridade. E é neste sentido que se constitui a multidisciplinaridade. A partir deste argumento, não considero legítima a redução de um discurso teórico, de um olhar a outro: cada um se sustenta nesta multidimensionalidade. O problema com a emergente Psicologia Comunitária, é que ocorrem duas reduções concomitantes, em dois níveis diferentes: num primeiro nível, ocorre uma redução do psicológico ao histórico, antropológico, político, etc. Num segundo nível, ocorre a redução no próprio contexto da Psicologia. Se o objeto da Psicologia é o estudo dos processos cognitivos, dos processos de aprendizagem, dos sistemas afetivos e emocionais dos seres humanos, das relações interpessoais e grupais que eles

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

estabelecem, o olhar psicológico seria o olhar fundado nas teorias que sustentam a cognição humana, a aprendizagem, a emoção, entre outros processos que configuram o comportamento humano. Nesse sentido, os problemas levantados pela psicologia seriam basicamente os mesmos para qualquer psicólogo. Em síntese, seu objeto seria o estudo dos problemas levantados pelo comportamento humano qualquer que seja o enfoque teórico considerado, contanto que este enfoque seja construído de forma legítima. (Como sabemos, o leque de problemas psicológicos é virtualmente infinito). O psicólogo seria "clínico", "social", "educacional", "institucional" "organizacional" na medida em que formulasse os problemas psicológicos num ambiente clínico, social, educacional, institucional, organizacional. Vale aqui incluir a observação de Carrara (1996), ao avaliar a contribuição do psicólogo na construção da cidadania. Segundo ele, não seria necessária, nem recomendável a criação de sub-áreas ou uma disciplina especificamente preocupada com a cidadania, o que "por um lado, restringiria o número de profissionais envolvidos, por outro descaracterizaria a Psicologia como área complexa de conhecimento" (p.17). Assim,

"o que já se tem é mantido: trabalham-se momentos importantes em que a consciência social aflora quando se estuda a Psicologia do Desenvolvimento; discutem-se os mecanismos que facilitam ou dificultam a aquisição de conceitos quando se está no campo da Psicologia da Aprendizagem; centraliza-se a discussão nos valores que sustentam a dinâmica grupal, quando se está na Psicologia Social; encara-se a ética do assegurar ao cliente instrumentos para que possa lutar por seus objetivos, respeitados os direitos daqueles com os quais convive, quando se trabalha com qualquer conjunto de teorias e técnicas psicoterápicas na clínica; identificam-se reivindicações e oferecem-se procedimentos de contracontrole ao poder vigente, quando se opta pela Psicologia Comunitária; cuida-se para não ceder a um comprometimento com o poder econômico da empresa ou instituição, quando se pratica a Psicologia das Relações Humanas; aprofunda-se a dimensão da crítica social, sem deixar de lado o aprimoramento da competência, quando se atua como psicólogo escolar" (p. 17).

É surpreendente verificar como, nesta excelente análise de um procedimento não militante do psicólogo, ainda permaneça a idéia do psicólogo comunitário com a função de propor estratégias de "contracontrole ao poder vigente". Como voltarei a frisar mais abaixo, julgo essencial formular adequadamente os problemas psicológicos. Cada bloco ressaltado por Carrara - a Psicologia do Desenvolvimento, a Psicologia da Aprendizagem, a Psicologia Social, a Psicologia Clínica, a Psicologia das Relações Humanas e finalmente a Psicologia Escolar formula problemas específicos ao psicólogo pesquisador. Tais problemas não deixam de ser, porém, problemas psicológicos gerais, com ressonâncias de uma área para outra, o que revela freqüentemente a fragilidade das classificações por área. Não penso porém que "contracontrole ao poder vigente" seja um problema a ser formulado pelo psicólogo: seria um problema a ser formulado pelo cidadão envolvido nas questões políticas de sua comunidade.

Conclusões

A especificidade de problematização exige do pesquisador a criação ou invenção de novas metodologias adequadas a tais demandas específicas. Assim como não faria sentido rejeitar os olhares políticos, históricos, sociológicos, antropológicos ao se lançar o olhar psicológico e, na medida do possível, beneficiar-se dos avanços metodológicos obtidos nestes campos de investigação, não faria igualmente sentido rejeitar a abordagem experimentalista num contexto comunitário. O filósofo francês Jacques Rancière (1996) pondera que é no desentendimento, no litígio de argumentos que se entrecruzam num ambiente democrático (que supõe uma igualdade de falas) que se dá a instância política: é esse referencial político que deveríamos adotar, propiciando o franco debate de abordagens e suas influências mútuas, no contraste e litígio de posições. Estas ponderações permitem lançar um novo olhar

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

sobre os estudos da Psicologia Experimental. Por exemplo, Hirschfeld e Gelman (1994) organizaram e editaram todo um volume dedicado à exposição de pesquisas envolvendo a especificidade do domínio da cognição. Tais estudos elaboram perturbadoras análises sobre a relação de estruturas humanas biológicas inatas e processos cognitivos, sugerindo uma abordagem racionalista da cognição (simplificando excessivamente, era como se os processos cognitivos emergissem tal como a linguagem, numa abordagem chomskyana). De grande interesse, são as novas relações que tais estudos hipotetizam da Psicologia com a Biologia Evolutiva e a Antropologia: a instância psicológica é vista neste referencial em suas raízes biológicas impondo parâmetros a um contexto cultural. Em que medida podemos rejeitar ou ignorar tais produções? Em que medida elas seriam estrangeiras a nossas preocupações locais? Não seria viável integrar este nível mais básico de pesquisa com as questões mais abrangentes do psicólogo comunitário? Acredito, portanto, ser necessária a formulação adequada dos problemas psicológicos. O psicólogo, na comunidade, poderia investigar como aquele contexto interferiria, positivamente ou não, na construção dos processos cognitivos dos sujeitos envolvidos nos grupos em estudo; se tais processos poderiam ser melhor abordados por uma visão construtivista ou racionalista e como este dado contribuiria para a intervenção em pauta. Cito o exemplo no âmbito dos processos cognitivos, mas o mesmo argumento pode ser aplicado em qualquer campo psicológico, da instância terapêutica às relações interpessoais. Assim, por exemplo, um psicólogo envolvido num projeto de desenvolvimento comunitário, fundado em uma teoria de dinâmica de grupos e relações interpessoais, pode buscar a tomada de consciência do grupo da sua problemática contextual e contribuir para o processo de auto-gestão grupal, tudo dentro do mais estrito respeito à Psicologia Social. As mais recentes contribuições de psicólogos latino-americanos, parecem caminhar nesse sentido. Assim, Maritza Montero, psicóloga venezuelana, cuja obra é recensada por Freitas (1996), propõe a análise das condições concretas de vida dos indivíduos e suas influências tanto no nível da conduta como no nível cognitivo:

"Maritza Montero busca estudar maneiras de estudar cientificamente, sem deixar de se comprometer politicamente, os efeitos da colonização, da pobreza, da dependência, da miséria, da violência e da opressão sobre a identidade e a consciência das pessoas, com vistas à transformação político-social materializada nas relações da vida cotidiana" (p.76).

Concluo com uma observação surgida numa aula do Mestrado em Psicologia da UERJ, quando discutia a questão da multiplicidade de referenciais teóricos à disposição do cientista e da liberdade que deveria existir, por parte de cada um, na adoção do modelo que mais conviesse à sua linha de investigação, assim como da decisão política que ele assumia numa atmosfera acadêmica democrática, colocando suas idéias e práticas metodológicas em franco debate. Naquele ponto foi formulada uma questão que deixo para meus leitores: não estaria o psicólogo, tendo em vista o aspecto clínico de sua formação, em franca vantagem sobre seus colegas das outras disciplinas das ciências sociais, na medida em que seu papel incluiria o de provocar, propiciar novos olhares ou denunciar seu bloqueio, nos sujeitos e grupos com os quais viesse a atuar? Nesse sentido, julgo ser necessária uma volta, um retorno às questões psicológicas enriquecidas que foram, nos últimos vinte e cinco anos pela crítica socio-histórica, antropológica e política.

Referências

Arendt, R. J. J. (1993). Considerações críticas sobre a pesquisa em psicologia comunitária. Em Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), *XXIII Reunião Anual de Psicologia, Resumos* (p.428) Ribeirão Preto: SBP. No prelo: *Revista Temas*, da SBP

Ardoino, J., Lourau, R. & cols. (1985). Prefácio. Em Barbier, R. A Pesquisa - Ação na

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

Instituição Educativa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor

Bender, P. M. (1978). *Psicologia da Comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, Col. CBP

Carrara, K. (1996) Psicologia e a construção da Cidadania. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 16, 12-16.

Coimbra, C. (1995). *Guardiães da Ordem*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor

DeSouza, E. (1996). Psicologia Comunitária nos Estados Unidos e na América Latina: implicações para o Brasil. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 5-19

Freitas, M.F.Q. (1996). Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária. *Psicologia e Sociedade* 8, 63-82

Hirschfeld, L.A. & Gelman S.A. (1994). Mapping the mind. Domain specificity in cognition and culture. Cambridge: Cambridge University Press.

Iscove, I., Bloom, B. & Spielberger, C. (Eds.), (1974) Community Psychology in Transition. New York: J. Wiley & Sons

Lourau, R. (1993). Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Extensão.

Wiesenfeld, E. & Sánchez, E. (1991). The why, what and how of community social psychology in Latin America. *Applied Psychology*, 40, 113-117

Rancière, J. (1996). *O Desentendimento - política e filosofia*. Rio de Janeiro: Editora 34

Sarason, S.B. (1974). *The psychological sense of community: Perspectives for community psychology*. San Francisco: Jossey-Bass.

¹ Endereço para correspondência: Rua Morais e Silva, 106/301 - 20271-030 Tijuca, Rio de Janeiro - Rio de Janeiro
